



Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação
Digital Journal of Library and Information Science



PARECER SEMIABERTO COM O CONSENTIMENTO DO AVALIADOR A

Correspondência aos autores

Luísa Chaves Café
Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, SC – Brasil
e-mail: lccafe@gmail.com

Vanessa Oliveira de Macêdo Cavalcanti
Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, SC – Brasil
e-mail: vanessabiblio@gmail.com

Camila Monteiro de Barros
Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, SC – Brasil
e-mail: camila.c.m.b@ufsc.br

Luciane Paula Vital
Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, SC – Brasil
e-mail: luciane.vital@ufsc.br

Edgar Bisset Alvarez
Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, SC – Brasil
e-mail: edgar.bisset@ufsc.br

Citação do artigo:

CAFÉ, L. C.; CAVALCANTI, V. O. de M.; BARROS, C. M. de; VITAL, L. P.; BISSET ALVAREZ, E. Análise de domínio de políticas institucionais de acesso aberto no Brasil. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 20, n. 00, p. e022020, 2022. DOI: 10.20396/rdbci.v20i00.8670092. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8670092>. Acesso em: 4 set. 2022.

Completo em: 2022-07-18 10:28

Recomendação: Submeter novamente para avaliação

1. Título*

Análise de domínio de políticas institucionais de acesso aberto no Brasil

2. Tipo de texto*

- Artigo Original
- Relato de Experiência
- Pesquisa
- Comunicação
- Resenha

3. Estrutura conceitual do trabalho - Originalidade*

Sim

3. Estrutura formal do trabalho - Adequação às normas de publicação

*

Sim

3. Estrutura formal do trabalho - Correção, clareza e coerência de linguagem

*

Sim

3. Estrutura formal do trabalho - Adequação das referências e citações às normas da ABNT

*

Sim

3. Estrutura formal do trabalho - Adequação e qualidades das tabelas, gráficos e ilustrações*

Sim

4. Estrutura conceitual do trabalho - Abrangência e pertinência do conteúdo em relação à área*

Sim

4. Estrutura conceitual do trabalho - Clareza e articulação dos conceitos*

| 2

Realizar adequações

4. Estrutura conceitual do trabalho - Atualização dos conceitos*

Realizar adequações e atualizações

5. Outros aspectos que julgar relevante

6. Posicionamento do avaliador (escolha)*

- Aceitação integral sem modificações
- Aceitação parcial com modificações
- Recusa do manuscrito

7. Parecer final (Justificativa)*

Aspectos positivos e contribuição: os autores fazem uso de uma análise qualitativa, o que considero um desafio e um recurso metodológico interessante para a Ciência da Informação. A pesquisa traz contribuições à organização do conhecimento sobre acesso aberto a partir da visão das instituições brasileiras (IES e Agências de Fomento), uma vez que essas entidades são importantes agentes na implementação das políticas e adesão dos pesquisadores ao AA.

Revisão de literatura: a revisão de literatura não foi abrangente, porém as referências utilizadas delimitam adequadamente os temas e conceitos e ajudam a desenhar o objeto e o percurso analítico. Os autores, através das referências utilizadas, conceituam e situam o tema do Acesso Aberto dentro da discussão mais ampla de Ciência Aberta, e evidencia adequadamente sua relevância para a comunicação científica contemporânea. A revisão descreve adequadamente a contribuição da organização da informação para tratar do tema do AA. A revisão sobre análise de domínio encontra-se suficientemente esclarecedora, objetiva e pertinente ao recorte estabelecido.

Metodologia: quanto às escolhas metodológicas e os instrumentos de análise, estes estão bem detalhados, como ênfase à escolha adequada da análise de conteúdo e categorização como instrumento analítico. No que diz respeito à composição do corpus de análise, compreende-se que a restrição a único diretório de políticas de AA não ficou suficientemente clara. Cabe ao autor fazer alguma reflexão sobre as limitações do diretório utilizado e comentar o porquê de não ter buscado outros meios de aumentar o corpus de políticas institucionais brasileiras.

O mapeamento não foi abrangente, restringindo-se a uma base, que pareceu bastante limitada. Caso existam dificuldades de ampliação do corpus isso deve

estar descrito no detalhamento dos procedimentos metodológicos e compor a avaliação dos autores sobre o cenário das políticas de AA no Brasil.

Os autores devem tomar cuidado com algumas inferências feitas na análise. Afirmar que existe um “consenso” ou quaisquer outras generalizações do tipo não são adequadas, uma vez que o corpus analisado é muito pequeno. Embora a terminologia, a linguagem dos mandatos de AA e as diretrizes de AA sejam muito parecidas e replicadas pelas instituições nacionais, é delicado fazer qualquer generalização nesse sentido. Não existe um consenso no Brasil acerca do AA, inclusive porque a situação das políticas institucionais e governamentais é muito fragmentada e desigual. Usando o corpus como ponto de partida, pode-se supor que existe uma “consciência”, uma “tendência” ou uma aglutinação maior das instituições brasileiras em torno da importância do AA. Tal avaliação deve aparecer lastreada em uma análise ampla das políticas institucionais ou sustentada em uma análise bibliográfica pertinente ao tema. Por outro lado, um aspecto relevante do contexto do acesso aberto no Brasil diz respeito ao fato de que o país é muito mais receptivo ao compartilhamento e práticas de acesso aberto, de modo que o Brasil é pioneiro em iniciativas do tipo (ex. SciELO). O fato do sistema de C&T ser fundamentalmente financiado com recursos públicos faz com que ideias por trás do discurso do AA, tais como “democratização”, “acesso gratuito”, “conhecimento como bem público” estejam presentes nas estratégias discursivas das IES nacionais, o que acaba influenciando as políticas institucionais para AA.

4

Cabe observar também que as três políticas selecionadas pertencem a três instituições bastante diferentes: um centro de pesquisa na área de saúde, uma universidade e uma agência de fomento. Qual o significado disso para o estudo? O que existe de comum entre as três políticas? O que é possível depreender de diferente de cada uma dessas três? Um ponto de destaque relevante é que a FAPESP, como a principal agência de fomento do estado de São Paulo, influencia sobremaneira as políticas de acesso aberto das instituições de pesquisa do estado.

Em relação aos “dados abertos” serem considerados um aspecto importante na visão das instituições, nota-se que praticamente são invisibilizados nos textos analisados. Como bem os autores apontaram, a discussão sobre dados abertos de pesquisa trilha um caminho diferente aos das publicações. Deve-se lembrar também que a discussão sobre dados abertos de pesquisa é recente, ganhando força com o movimento de Ciência Aberta. A política da Unicamp trata diretamente do tema, talvez porque a deliberação da universidade seja relativamente recente. É importante observar que o movimento de AA sempre tratou dos dados de alguma forma, direta ou indiretamente e muitas iniciativas de publicações estão englobando o acesso aos dados. Outro aspecto que os autores não discutiram, e que parece uma dimensão fundamental do domínio do AA no contexto analisado, é a “gestão” da produção intelectual, associada principalmente aos repositórios. Inclusive a gestão está associada fortemente

aos dados de pesquisa, de modo que os planos de gestão de dados vêm sendo incluídos como parte das políticas institucionais de Ciência Aberta. Portanto, o artigo apresenta uma boa proposta, entretanto, por todos os pontos levantados acima, recomenda-se que os autores reflitam sobre as sugestões feitas e busquem incorporá-las em uma nova versão. Ademais, foram feitas sugestões pontuais de adequação textual e de conteúdo.

Arquivos do avaliador

128827 [rdbci-texto-do-artigo-comentado.docx](#) Data: 2022-07-18

Recomendação

Submeter novamente para avaliação

SEGUNDA RODADA – AVALIADOR A

Completo em: 2022-08-24 12:17

Recomendação: Aceitar

1. Título*

Análise de domínio de políticas institucionais de acesso aberto no Brasil

2. Tipo de texto*

- Artigo Original
- Relato de Experiência
- Pesquisa
- Comunicação
- Resenha

3. Estrutura conceitual do trabalho - Originalidade*

3. Estrutura formal do trabalho - Adequação às normas de publicação

*

3. Estrutura formal do trabalho - Correção, clareza e coerência de linguagem

*

3. Estrutura formal do trabalho - Adequação das referências e citações às normas da ABNT

*

3. Estrutura formal do trabalho - Adequação e qualidades das tabelas, gráficos e ilustrações*

4. Estrutura conceitual do trabalho - Abrangência e pertinência do conteúdo em relação à área*

| 6

4. Estrutura conceitual do trabalho - Clareza e articulação dos conceitos*

4. Estrutura conceitual do trabalho - Atualização dos conceitos*

5. Outros aspectos que julgar relevante

Foram indicadas algumas correções e sugestões de texto, todas muito pontuais.

6. Posicionamento do avaliador (escolha)*

- Aceitação integral sem modificações
- Aceitação parcial com modificações
- Recusa do manuscrito

| 7

7. Parecer final (Justificativa)*

Recomendo o aceite do manuscrito, tendo em vista que os autores incluíram satisfatoriamente todas as adequações sugeridas na versão anterior, deixando o texto mais claro e preciso em sua proposta. Os autores justificaram adequadamente a escolha das políticas analisadas e os materiais e métodos do estudo foram precisamente descritos, com especial destaque para o diretório Melibea. Os autores também pontuaram o contexto nacional em que se inserem as políticas de acesso aberto, bem como indicaram o papel que os repositórios possuem nas políticas analisadas. Sugiro apenas que os autores verifiquem algumas correções apontadas ao longo do arquivo, visto que foram identificados pequenos erros de texto.

Arquivos do avaliador

Nome

131506 [rdbci-designação-de-avaliação-8670092-Texto+do+Artigo-130208.docx](#)

Data: 2022-08-24

Recomendação